

## APM reúnem com o Presidente do CD do IASFA

No passado dia 20 de novembro de 2020, via plataforma eletrónica, foi realizada uma reunião com o TGen Fernando Serafino, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. (CD/IASFA). A reunião foi pedida pelas Associações Profissionais de Militares (APM) porque, vivendo-se uma situação em que as questões de saúde e de apoio social são fundamentais, as APM receberam um elevado número de questões, interrogações e queixas sobre as danosas ações e omissões do IASFA no cumprimento da sua missão, e porque desde 30 de janeiro de 2020 não se realizaram quaisquer reuniões do seu Conselho Consultivo (CC/IASFA).

Era necessário dar conta, a quem de direito, que o mau estar e a insatisfação campeiam.

Na reunião foram transmitidas as principais preocupações chegadas às APM, pelos beneficiários e formularam-se algumas questões pertinentes ligadas às mesmas, a saber:

- As dificuldades no acesso à assistência, quer no âmbito da Ação Social Complementar (ASC) quer no âmbito da Assistência na Doença aos Militares (ADM), tanto nas Regiões Autónomas da Madeira e Açores como no território continental;
- A escassez de protocolos, no âmbito da ADM, fora das áreas urbanas de Lisboa e Porto, pese embora todos os beneficiários paguem a sua parte;
- Os atrasos significativos e escandalosos nos ressarcimentos das despesas com a saúde, após a entrega de documentos para comparticipação (regime livre);
- Os problemas com a degradação do parque habitacional do IASFA, aliados aos exponenciais aumentos nas casa do IASFA em regime económico, na maior parte dos casos superando os 200%, contrariamente ao que se verifica no arrendamento geral onde se passou a beneficiar de moratórias; porque não fez o mesmo o IASFA aplicando uma moratória ao aumento das rendas?;
- A necessidade da ASC cobrir todas as áreas (saúde, habitação, lazer, educação);
- A problemática inépcia no apoio e assistência aos militares acidentados em serviço;
- O parecer do Tribunal de Contas (TdC) relativamente ao pagamento de 14 vezes/ano referindo que o mesmo é um imposto ilegal, no que respeita a contribuição obrigatória para a ADM;
- A falta de informação, que facilita a propagação de discurso destrutivo do IASFA, generalizando-se a opinião: “Pago 3,5% para a ADM e não sou servido!”;
- Na ADSE, até um ordenado mínimo, os beneficiários estão isentos de desconto; porque é que essa isenção, para os militares, na ADM, tem de ser até uma vez e meia (1,5) do ordenado mínimo?
- A necessidade, imperiosa, de separar o que é Assistência na Doença do que é Ação Social Complementar; o IASFA ter um corpo estranho sob a sua gestão: a ADM;
- Está o MDN a cumprir com as tranches com que se comprometeu para saldar o passivo do IASFA? Qual a dívida atual a terceiros?;
- Qual a razão para a ausência de reuniões do CC/IASFA? Não há a perceção de que estamos a dificultar o importante diálogo, uma vez que somos os representantes de beneficiários?;
- É necessário defender o que é nosso, levar aos órgãos de decisão política as nossas posições (APM e CD/IASFA, cada um no seu papel/função); há que envolver os Chefes Militares nesta perspetiva; o que está a ser feito neste âmbito por parte do IASFA?;



# APM – Associações Profissionais de Militares

Perante as questões colocadas, o Presidente do CD/IASFA afirmou ter acedido a fazer a reunião pela consideração pessoal e institucional que tem pelos dirigentes que representam as APM e porque entende dever falar com os mesmos, em virtude do IASFA não ser posse de ninguém individualmente, mas dos militares.

Reconheceu a quebra de comunicação e a necessidade de convocar o CC/IASFA. Afirmou que todas as questões serão analisadas para tentar a sua resolução, ou para que os beneficiários sejam esclarecidos sobre as razões para elas acontecerem. Os dirigentes das APM reafirmaram a convicção de que deveremos estar todos do mesmo lado da trincheira, o CD/IASFA e as APM, reiterando a necessidade da convocação de uma reunião do CC/IASFA o mais urgente possível.

Importa continuar a ação que permita inverter este modo de administrar o IASFA, pois por mais que as matérias sejam colocadas a quem de direito, e por mais que a resposta seja de afirmação de que somos ouvidos e que os problemas se vão resolver, continuamos cientes que sem uma prática ativa de todos os Militares contra este modo de agir, a situação não será alterada. Só a denúncia dos problemas não chega! É necessário que se faça sentir, consequentemente, que a forma de governação do IASFA tem de mudar.

As APM vão, assim, continuar a pugnar para que se cumpram os desígnios previstos na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar nesta matéria, assim como noutras, cientes de que, mais do que reuniões e palavras de alento ou de apaziguamento, só as ações determinadas fazem a mudança.

*Lisboa 30 de novembro de 2020*

## ***As Direcções das APM***

***ANS - Associação Nacional de Sargentos***

***AOFA - Associação de Oficiais das Forças Armadas***

***AP - Associação de Praças***



ANS



Associação de Oficiais  
das Forças Armadas

AOFA



AP